

Para além do Muro de Berlim e de outras muralhas*

Sidnei J. Munhoz**

Resumo: As quatro décadas e meia que se seguiram ao final da II Guerra Mundial, ao início da Guerra Fria e aos conflitos a ela associados contribuíram para estruturar as concepções de mundo com perfil da maior parte da população do planeta. O Muro de Berlim, um dos marcos simbólicos mais visíveis desse período, teve a sua construção iniciada em 13 de agosto de 1961, com o intuito de separar Berlim Oriental da parte ocidental da cidade, então sob a órbita capitalista. O Muro fez-se presente no cotidiano dos berlinenses orientais e ocidentais por longos 28 anos, até que, em 9 de novembro de 1989, milhares de manifestantes comessem a pô-lo abaixo. O colossal artefato que dividiu a cidade, e, mais do que isso, separou vidas, cerceou amizades, relações comerciais, afetivas foi um autêntico produto da exacerbação dos autoritarismos provenientes da Guerra Fria e, em particular, do regime ditatorial de viés estalinista vigente na República Democrática da Alemanha (RDA). No presente artigo serão analisadas as origens históricas da influência soviética no Leste da Europa; em adição serão analisados os conflitos emergentes da Guerra Fria e as dificuldades soviéticas para a manutenção da sua influência na Alemanha e a relação desse problema com a criação do Muro de Berlim.

Palavras-chave: Muro de Berlim; Guerra Fria; Comunismo



As quatro décadas e meia que se seguiram ao final da II Guerra Mundial, ao início da Guerra Fria e aos conflitos a ela associados contribuíram para estruturar as concepções de mundo com perfil da maior parte da população do planeta. O Muro de Berlim, um dos marcos simbólicos mais visíveis desse período, teve a sua construção iniciada em 13 de agosto de 1961, com o intuito de separar Berlim Oriental da parte ocidental da cidade, então sob a órbita capitalista. O Muro fez-se presente no cotidiano dos berlinenses orientais e ocidentais por longos 28 anos, até que,

em 9 de novembro de 1989, milhares de manifestantes comessem a pô-lo abaixo. O colossal artefato que dividiu a cidade, e, mais do que isso, separou vidas, cerceou amizades, relações comerciais, afetivas foi um autêntico produto da exacerbação dos autoritarismos provenientes da Guerra Fria e, em particular, do regime ditatorial de viés estalinista vigente na República Democrática da Alemanha (RDA).

A efeméride relacionada aos vinte anos da queda do Muro criou a situação

oportuna à reflexão sobre esse evento que marcou os anos derradeiros do século XX. Ao aceitar o desafio, enfatizo a relevância do tema, pois é perceptível a contenda pela construção de uma memória histórica hegemônica sobre esse período, que, de forma tão consistente, distinguiu a história da humanidade. Ressalto que, da minha perspectiva, circunscrever a abordagem do problema à construção e à derrubada do dito muro poderá obliterar a sua percepção. Assim, irei enfocá-lo no contexto das disputas entre as duas superpotências mundiais durante a Guerra Fria e, em particular, das dificuldades soviéticas para manter a sua esfera de influência na Europa Oriental.

As origens do problema

Ao final da II Guerra Mundial, a URSS encontrava-se destruída. Além disso, desde o início do século XIX, o império russo e a sua sucessora, a União Soviética, haviam experimentado contínuas invasões a partir do Leste e Centro da Europa e, como resultado, os seus governantes entendiam que o controle dessas regiões era nodal para a sua proteção. No imediato pós-guerra, a URSS apresentava um paradoxo: de um lado, o país havia saído dilacerado do conflito mundial; de outro, emergia como o gigante que havia derrotado as forças do Eixo. Naquele contexto, a URSS ocupou grande parte da Europa Central e Oriental, inclusive Berlim. A compreensão desse processo somente pode ser alcançada de forma satisfatória pela análise da resistência soviética à invasão alemã e das estratégias adotadas pelas democracias capitalistas européias e pelos EUA na aliança temporária com os soviéticos durante o conflito mundial.

Após a invasão da URSS pelas forças do Eixo em junho de 1941, os soviéticos passaram a solicitar aos EUA e à Grã Bretanha uma segunda frente de batalha,

o que sempre foi protelado e não ocorreu até junho de 1944 (Dia D). Há controvérsias em relação à interpretação do ocorrido. A história tradicionalista estadunidense vê a demora na organização dessa frente em função das necessidades estratégicas da preparação de uma operação daquela magnitude. Os historiadores revisionistas vislumbram a questão como uma estratégia de protelação que poderia levar tanto a Alemanha quanto a URSS ao esgotamento e, dessa forma, permitir às democracias capitalistas livrarem-se, de uma só vez, da URSS, da qual eram rivais históricas da Alemanha com a qual estavam em guerra. Na perspectiva revisionista, os conservadores apostavam que a Alemanha venceria o conflito, no entanto, ficaria bastante fragilizada e seria facilmente derrotada.

O atraso da segunda frente de batalha teve consequências decisivas no desenrolar da guerra e na configuração do novo mundo que emergia ao final do conflito mundial (Bagguley, 1969, p116-117). A partir de meados de 1942, o Exército Vermelho iniciou uma vultosa contra-ofensiva na região do Volga. A principal dessas Batalhas foi a de Stalingrado (17 de Julho, 1942 - 2 de Fevereiro de 1943). A vitória soviética na Batalha de Stalingrado impôs a rendição e a debandada das forças do Eixo. Entre julho e agosto daquele ano, os alemães organizaram uma nova ofensiva, dessa vez na região de Kursk. Novamente, os invasores foram detidos pelo Exército Vermelho, que encetou outra contra-ofensiva ao adentrar pela região do Dnieper, impondo a contínua retirada às tropas invasoras.

Em meados de 1944, não mais havia invasores em território soviético e, ao contrário, o Exército Vermelho começava a ocupar os antigos satélites alemães e a liberar as zonas por eles

antes controladas; daí resultou o domínio soviético sobre a Europa Central e Oriental. A realização tardia da segunda frente de batalha deixou um vácuo que de forma célere foi ocupado pelas forças soviéticas. Isso explica o hábil controle da região pela URSS, pois caso a segunda frente houvesse ocorrido anteriormente, a ocupação haveria sido compartilhada. Quando as evidências de que os Aliados derrotariam as forças do Eixo se tornaram sólidas, EUA, URSS e Reino Unido se depararam com a necessidade de estabelecerem um acordo sobre a reorganização da arquitetura de poder mundial.

Roosevelt opunha-se à divisão do planeta em áreas de influência e acreditava que o mundo do pós-guerra poderia ser controlado por quatro grandes policiais: Os EUA, a URSS, a Grã-Bretanha e a China. Segundo Walter Lafeber, os soviéticos ao saberem dessa posição ficaram entusiasmados com a idéia, pois entendiam que quem "policiasse" uma região poderia controlá-la e, é claro, eles poderiam policiar o Leste Europeu. Posteriormente, o Departamento de Estado alertou o presidente que esse sistema de policiamento não se harmonizava com um mundo unido e aberto e que certamente as áreas controladas por um policial poderiam rapidamente ser transformadas em esferas sob a dominação de um único poder (LaFebber, 1997, p. 12). Enquanto o governo dos EUA debatia o assunto, Stalin, de forma hábil e pragmática, posicionou o Exército Vermelho de forma estratégica na Europa. Naquele contexto, Stalin avaliava que quem ocupasse um território poderia impor o seu sistema social até onde os seus exércitos pudessem alcançar. (LaFeber, 1997, p.12)

Naquele cenário, o comando britânico, com o receio de que o avanço do Exército Vermelho pudesse comprometer de forma irremediável os seus interesses, propôs aos soviéticos um acordo de divisão da Europa em esferas de influências. A preocupação do Reino Unido era preservar o seu controle sobre o mediterrâneo, por onde fluía o seu comércio colonial. Com esse intuito, em 9 de outubro de 1944, Churchill foi a Moscou para discutir o assunto. Na ocasião, Churchill apresentou uma proposta a Stalin na qual 90% da Polônia e da Romênia e 75% da Bulgária ficariam sob influência soviética; a participação nos governos da Hungria e da Iugoslávia seria de 50% para os simpatizantes das democracias capitalistas e os outros 50% para os comunistas; Na Grécia haveria 90% de influência britânica (Kolko, 1990, p. 37-39).

Naquele momento Stalin visava à garantia dos interesses do Estado Soviético; não estava preocupado com o desenrolar imediato de um possível processo revolucionário na Europa, mas com a proteção das fronteiras soviéticas. Ele até poderia acreditar que a URSS, como a "Pátria do Socialismo", naturalmente viria a ser o guia da revolução que ocorreria em um futuro próximo, mas, naquele momento, o seu foco era outro e, de forma pragmática, aceitou a proposta, mesmo certo de que ela implicava sacrificar revoluções em diferentes áreas da Europa. Dessa forma, a URSS dava os primeiros passos para criar um escudo protetor constituído de nações "amigas".

Roosevelt reconhecia a demanda de predomínio soviético na Europa Oriental; sabia que os ataques seguidos sofridos pelos russos haviam ocorrido a partir daquela região, o que justificava a busca daquela sólida proteção ao

território soviético. Contudo, ele temia que se a União Soviética materializasse a sua esfera de influência a Inglaterra, a França e outras potências coloniais pudessem reivindicar a sua respectiva área de domínio, o que inviabilizaria a *Open Door Policy* (eixo da política externa dos EUA).

Ao saber do acordo entre Churchill e Stalin, Roosevelt demonstrou irritação. Ironicamente, ele temia que os britânicos usassem a guerra para defender os seus interesses imperialistas, objetivando, ao final do conflito, reorganizar e proteger o seu império. Essa medida confrontava a política externa de Roosevelt, pois ele esperava empregar o poderio econômico e militar dos EUA frente a uma Europa debilitada para forçar a abertura dos impérios coloniais aos EUA. Ainda, o presidente dos EUA receava que os ingleses pudessem restaurar monarquias e apoiar governos antidemocráticos. Por fim, Roosevelt acreditava que seria possível convencer Stalin a abandonar a luta no campo ideológico e a se integrar a URSS a um mundo globalizado, o que seria importante para o projeto de criação das Nações Unidas.

Em agosto de 1943, na I conferência de Quebec, Roosevelt apresentou a Churchill o plano Morgenthau, que previa a desindustrialização da Alemanha, a sua ruralização e o desmembramento do país em cinco regiões autônomas: Prússia, Hanôver, Saxe, Hesse-Renânia e Alemanha do Sul. Churchill aceitava, no máximo, a separação da Prússia do restante da Alemanha. Na Conferência de Teerã, pouco havia mudado nas posições dos EUA e da Grã-Bretanha, em relação a esse tópico. Stalin se opôs à proposta, pois via nela uma ameaça à URSS. É plausível que a preocupação de Stalin estivesse focada em como a Alemanha

fragmentada pagaria as indenizações de guerra pleiteadas União Soviética.

Em setembro de 1944, na II Conferência de Quebec, os britânicos aproximaram-se dos EUA e fizeram concessões às linhas gerais do plano Morgenthau. Porém, no início de 1945, Roosevelt deixou o Plano Morgenthau em "banho-maria", pois, foi alertado pelo Departamento de Estado que a estabilidade européia dependia da manutenção do continente unido e em condições econômicas saudáveis, o que seria impossível com a divisão da Alemanha.

Quando ocorreu a Conferência de Ialta, em fevereiro de 1945, a presença do Exército Vermelho garantia a influência soviética em quase toda a Europa Central e do Leste. Dessa forma, a supremacia soviética no campo militar não podia ser evitada por mera retórica diplomática. Assim, Roosevelt e Churchill tiveram que se contentar com as concessões soviéticas. Em Ialta, foram definidos o desarmamento, a desmilitarização e a divisão da Alemanha em quatro áreas a serem governadas respectivamente pela URSS, EUA, Inglaterra e França. Berlim, que ficava na zona soviética, também seria dividida e administrada dessa forma. Após longas discussões, ainda, foi autorizada a "retirada" de prisioneiros alemães saudáveis por dois anos para a reconstrução dos países devastados pela guerra.

No início de 1945, os soviéticos buscaram a consolidação da sua área de influência na Europa. Esse processo foi deveras conturbado após a morte de Roosevelt e, do meu ponto de vista, isso aconteceu principalmente por causa da considerável mudança implementada pelo seu sucessor, Harry Truman, nas linhas gerais da política externa dos EUA e, particularmente, na forma do

novo governo se relacionar com a União soviética. Na conferência de Potsdam (17 de julho-2 de agosto de 1945) foi mantida a essência do decidido em Ialta, contudo, abandonou-se a idéia de desmembrar o território alemão, que, embora continuasse dividido em quatro áreas, deveria ser tratado como uma unidade. Em Potsdam, os EUA endureceram nas negociações e forçaram os soviéticos a muitas concessões pontuais.

Os anos iniciais da Guerra Fria foram muito conturbados e a sua análise é motivo de controvérsias na historiografia que se dedica ao estudo tema; decisões foram tomadas sob vultosa pressão e, muitas vezes, derivadas de interpretações errôneas das intenções dos adversários. Naquele contexto, ações defensivas eram lidas como atos de agressão e desencadeavam vigorosas respostas do bloco oponente.

A conformação de uma nova Europa Oriental

As ditaduras ironicamente denominadas “Democracias Populares” implantadas na Europa Oriental no início da Guerra Fria devem ser entendidas no contexto daquele conflito e como fruto derivado da partilha do mundo decidida em Ialta e Potsdam. Salvo raras exceções, não foram revoluções populares que deram origem aos novos regimes, mas foi o peso da colossal máquina de guerra do Exército Vermelho que garantiu a instituição de uma nova ordem no Leste da Europa.

Antes da guerra, com a exceção do PC da Tcheco-Eslováquia, os comunistas tinham pouca penetração na Europa Central e Oriental. Porém, ao final da Guerra, a URSS havia conquistado um espaço que jamais tivera no cenário internacional. O papel desempenhado pela União Soviética na guerra

propiciou o surgimento de uma opinião pública internacional bastante favorável ao país. Os comunistas haviam ocupado importantes papéis nas frentes de resistência e, em decorrência, galgaram posições importantes na nova sociedade que emergia ao final do conflito bélico. Esse papel possibilitou o crescimento dos partidos comunistas, tanto na órbita soviética quanto fora dela, como ocorreu com o Partido Comunista Francês, que saiu da guerra com enorme popularidade forjada na resistência aos invasores alemães. Com militantes acostumados à rígida disciplina e à clandestinidade, os comunistas não encontravam dificuldades na ocupação de postos importantes, na resistência ao inimigo. Concluída a guerra, eles também passaram a ocupar papéis importantes na nova sociedade.

Na Iugoslávia, aqui considerada como uma exceção, os comunistas tiveram um papel ímpar no processo de resistência; ressalte-se o que as forças guerrilheiras expulsaram as tropas invasoras antes da chegada do Exército Vermelho. Desde a invasão da Iugoslávia pelas forças do Eixo, nos primeiros meses de 1941, o minúsculo núcleo comunista dirigiu a luta pela libertação nacional. Acrescente-se que, desde 1941, os comunistas iugoslavos colocaram a revolução na ordem do dia e, ao aproveitar-se da sua hegemonia na resistência, promoveram a criação de Comitês de Libertação Nacional por todo o país (Opat, 1987, p. 225-227). A situação iugoslava criou embaraços para Stalin, pois, pelos acordos, a influência no país deveria ser partilhada, meio a meio, entre a URSS e as democracias ocidentais. Apesar da constante insistência dos soviéticos para que se buscasse um acordo com o líder nacionalista Shubashic na organização de um governo nos moldes democrático-burgueses, os comunistas iugoslavos,

que chegaram ao poder por suas próprias ações, não estavam dispostos a ceder. Não obstante, em função das pressões, Tito concordou em reunir-se com Shubashic na Ilha de Vis e, em 08 de agosto de 1944, foi firmado um acordo que previa a Colaboração entre o AVNOI (Comitê de Libertação Nacional) e o Governo refugiado no Cairo (de influência anglo-americana). Mesmo assim, a hegemonia comunista era esmagadora e Shubashic e seus seguidores tiveram que se contentar com as sobras. A 7 de março de 1945, Tito formava seu primeiro Governo (LEVY, 1984, p. 617-618; Opat, 1987, p. 215)

A Tchecoslováquia constituía-se no único país da região que possuía alguma tradição democrática e onde os comunistas haviam possuído implantação real no período que antecedeu a guerra. Além disso, as reverberações do Acordo de Munich, pelo qual as democracias ocidentais toleraram a anexação de seus territórios (Sudetos) à Alemanha, ainda estavam vivas na memória do povo tcheco. A partir de 1943, o Partido Comunista organizou a resistência armada e elaborou um programa político para o pós-guerra. Em paralelo, conforme os territórios eram libertados, foi aplicado um plano de gestão civil para a região. Em dezembro daquele ano, o presidente Benes, que se encontrava exilado, foi a Moscou, onde manteve contato com Gotwald, líder do PC tcheco e membro do Presidium da Internacional Comunista até a sua dissolução. No encontro, foram decididas as linhas gerais do novo governo a ser instituído assim que os invasores fossem derrotados. No final de 1944, o Exército Vermelho rompeu as fronteiras tchecas; em março de 1945, Gotwald foi eleito presidente da Frente nacional que congregava os partidos antifascistas. No final daquele mês, foi constituído um

novo governo em que os comunistas eram a maior força individual.

Na Polônia, a situação era mais complicada. Em primeiro lugar, havia uma rivalidade polaco-russa datada do tempo em que a primeira pertencia ao império czarista. Em segundo, no decorrer da guerra civil russa, o Exército Vermelho esteve às portas de Varsóvia. Em terceiro, e muito mais grave, os poloneses não perdoavam o Pacto Germano-Soviético e a conseqüente ocupação do país pelas duas forças invasoras. Durante a ocupação soviética houve a deportação de mais de 800 mil pessoas para muitas regiões longínquas, dentre as quais a Sibéria (Opat, 1987, p. 218).

Dentre os Partidos Comunistas estrangeiros, com certeza o Polonês sofreu com mais veemência a truculência dos expurgos stalinistas. Os efeitos do terror acentuaram o artificialismo da presença comunista no país. Além disso, com a invasão da Polônia, o que restava do Partido foi destruído. Somente em 1943, alguns quadros formados pela Escola de Moscou foram introduzidos no interior do país, com o objetivo de reorganizar o partido. Em dezembro de 1943, foi formado pelo Secretário Geral do Partido Comunista, o Comitê Nacional do Interior (KRN) que tinha como função dirigir as regiões que libertadas das forças fascistas. Em 23 de julho de 1944 foi instalado, em Lublin, o Governo Polonês do Interior. As direções das outras forças, democráticas e conservadoras, que se opunham à dominação alemã, encontravam-se exiladas em Londres (Levy, 1984, p. 611-612). Isso facilitou o crescimento dos comunistas, que tinham o apoio moral e material do Exército Vermelho. Todavia, os comunistas ainda eram minoria e somente chegaram ao poder

pela força militar soviética e pelo emprego sistemático das práticas estalinistas.

Na Albânia, o Partido Comunista tinha uma existência bastante recente. Sua fundação havia acontecido somente em novembro de 1941. Entretanto, o seu papel na resistência aos invasores possibilitou a rápida ampliação de suas bases populares. A estratégia desenvolvida tomou como base a organização da luta contra o agressor de tal forma que, imediatamente à libertação das zonas ocupadas, constituíram-se comitês que viriam a se consolidar nos núcleos do novo governo. Os comunistas não eram os únicos a encaminhar a luta de resistência na Albânia; os conservadores se organizavam no Bali Kombetar, que se opunha aos comunistas. No decorrer do processo de libertação do país, ocorreram diversos conflitos entre as forças da restauração e os revolucionários. Em maio de 1944, após a ofensiva soviética, foi realizado o Congresso Antifascista de Libertação Nacional, em Permeti, que esboçou um primeiro governo provisório. De imediato foram tomadas medidas econômicas, entre as quais estava o não-reconhecimento da dívida externa albanesa e a anulação das concessões estrangeiras e a proibição do retorno do Rei Zog ao país, evitando assim que ele pudesse aglutinar forças ao seu redor e fortalecer a oposição ao governo em fase de constituição (Levy, 1984, p. 619). Excetuando-se a Iugoslávia, a Albânia foi o único país da Europa que, já em 1945, havia instituído um regime de partido único. Após libertação do país, em outubro de 1944, com o apoio decisivo da Iugoslávia, instituiu-se um governo comunista.

Na Romênia, a ordem foi estabelecida diretamente pelo Exército Vermelho.

Aproveitando-se da ofensiva soviética, no início de 1944 os comunistas, ainda na clandestinidade, começaram a imprimir panfletos em que defendiam a ruptura da aliança com a Alemanha, a derrubada da ditadura de Antonescu e a constituição de um governo democrático popular. Em 20 de junho de 1944, foi fundado o Bloco Nacional Democrático (BND), composto por uma frente de partidos antifascistas. Em agosto, grupos guerrilheiros combatiam ao lado das forças soviéticas, dificultando a defesa do inimigo, que se via entre dois fogos e que, ao mesmo tempo, tinha de enfrentar uma guerra convencional e outra de guerrilhas. Em 23 de agosto, houve uma insurreição em Bucareste, com o intuito de instituir um governo democrático-popular de hegemonia comunista. No entanto, o Rei Miguel articulou um governo em aliança com os militares e outros setores das elites, no qual o BND possuía apenas quatro dos quinze postos, sendo um para cada partido da Frente. Assim, as principais forças de resistência no país haviam ficado com uma parcela irrisória do poder. Em decorrência, comunistas e social-democratas retiraram-se do Bloco e criaram a Frente Democrática Nacional. Do final de 1944 a meados de 1945, a Romênia esteve à beira da guerra civil e, após sucessivas trocas de governos, o Rei Miguel, pressionado pelos soviéticos e pelos comunistas locais e sem alternativas, foi obrigado a empossar um governo de hegemonia comunista (Opat 223-224).

Na Bulgária, em 1942, foi constituída a Frente Pátria que agrupava as forças antifascistas. No decorrer de 1943, com o crescimento da resistência, foi criado o Estado Maior do Exército Rebelde de Libertação. No decorrer de 1944, as forças rebeldes intensificaram as suas ações na expectativa da libertação do país. Em 08 de setembro, o Exército

Vermelho atravessou a fronteira búlgara. No dia seguinte, houve uma insurreição em Sofia, que levou à instalação de um governo democrático-popular de hegemonia comunista (Opat, p. 223; Levi, 614-616), sob a égide do Exército Vermelho.

Na Hungria, a penetração comunista era bastante restrita. Em dezembro de 1944 foi constituída a Frente de Independência. Forças Alemãs estacionaram no país em março de 1944 e o governo de Sztójay, imposto por Hitler, prendeu boa parte dos quadros dos resistentes. Em maio foi constituída a Frente de Libertação Nacional com um programa que delineava a constituição de um novo regime. No final de setembro, quando os soviéticos cruzaram a fronteira húngara, a extrema direita, encabeçada pelo movimento Cruzes de Flechas, derrubou o governo e instituiu uma ditadura, que foi caracterizada, em sua breve existência, pela dizimação dos quadros rebeldes. Quando ocorreu a libertação do leste do país pelos soviéticos, foi empossada uma administração provisória e, ao final de 1944, o programa da Frente Húngara foi adotado pela Assembléia Nacional Provisória, dando origem a um governo com marcada presença comunista. Nas eleições de 1945, os comunistas obtiveram apenas 15% dos votos, enquanto a coalizão anticomunista alcançou 85% (Levy, p. 616-617). A libertação da Hungria não resultou da revolta armada do povo e nem da vontade popular expressa pelo voto, mas do Exército Vermelho que impôs a nova ordem apesar dos resultados desfavoráveis aos comunistas nas urnas.

Em 1945, o Exército Vermelho controlava a maior parte da Europa Central e Oriental. Em paralelo, a destruição provocada pela guerra lançou Europa Ocidental à beira do precipício.

Esse cenário povoava o imaginário das elites com o pavor de uma vaga revolucionária. Nas eleições ocorridas no imediato pós-guerra, os comunistas haviam obtido consideráveis ganhos eleitorais na França e na Itália e, além do mais, as suas organizações enraizaram-se em outras áreas do continente. Ao mesmo tempo, havia intensos conflitos políticos na Turquia e no Irã, guerras civis em curso na Grécia e na China e numerosas lutas anticoloniais na África e na Ásia. Como resultado, a autoridade soviética não se restringia às áreas sob a sua tutela, pois a influência do comunismo havia se espalhado pelo mundo.

Ainda nesse contexto, houve uma experiência rica e, ao mesmo tempo, conflituosa na Europa Oriental entre meados de 1944 e 1946. Nela, houve alguns traços de pluripartidarismo, economia mista e expansão democrática como antes não se havia observado na maior parte da região. Há indícios de que Stalin não planejasse a sovietação da região naquele momento. O seu interesse era chegar a bons termos com os ocidentais para obter recursos visando à reconstrução da União Soviética. No entanto, a partir de meados de 1946, Stalin avaliou que Truman não cumpria o acordado em Ialta e Potsdam e que desejava expulsar a URSS para fora da Europa Oriental e, mais do que isso, empurrá-la de volta às suas fronteiras do pós-I Guerra Mundial. Assim, o breve e incipiente ensaio democrático na Europa Oriental foi contido e os planos de fomento de novas vias para o socialismo foram definitivamente sepultados. Rapidamente, a repressão, a imposição do unipartidarismo e da estatização da economia se fizeram presentes em toda a região. Os opositores foram aprisionados de modo sistemático e

muito deles executados após julgamento no mínimo viciados.

Das crises ao Muro

É nesse contexto que deve ser pensado o longo processo de busca de controle do território oriental da Alemanha que, pelos acordos de Ialta e Potsdam, ficariam sob influência predominante da URSS. O Exército Vermelho foi a primeira força aliada a chegar a Berlim e travou os combates mais sangrentos. Além disso, o rancor pela destruição promovida pelas tropas alemãs na União Soviética estimulou à revanche e à crueldade na conquista da cidade pelo Exército Vermelho. Essa violência gerou ressentimentos do povo alemão, o que veio a dificultar o controle soviético sobre a região. Em adição, à União soviética coube a parte menos industrializada da Alemanha e de forma específica de Berlim.

Os crescentes desacordos com o novo governo dos EUA desvaneceram o sonho soviético de receber reparações de guerra da Alemanha. Com a sua infraestrutura em frangalhos, os soviéticos principiaram o desmonte e o transporte para a URSS de usinas termoeletricas e fábricas. Ato contínuo, dezenas de milhares de prisioneiros alemães foram “enviados aos campos de trabalhos forçados” na União Soviética (a expressão máscara em grande medida o emprego de trabalho escravo).

Na parte da Alemanha sob controle soviético foi iniciado um grande investimento nas áreas básicas e na formação de uma nova elite técnica e dirigente do país. Porém, os pesados investimentos dos EUA no lado ocidental de Berlim, que funcionava como uma vitrine do capitalismo, no momento em que as economias da Europa Oriental se mostravam mais dinâmicas que as suas consortes

ocidentais (Hobsbawm, 1995, p. 255), geravam atrativos para os trabalhadores mais qualificados; assim diariamente centenas e mesmo milhares deles passavam para o lado ocidental da cidade, o que provocava uma sangria na economia do lado oriental da Alemanha. Em decorrência, os soviéticos começaram a criar restrições à circulação entre as diferentes partes da cidade.

No final de 1946 os EUA e Reino Unido associaram as suas zonas, dando origem à chamada bi-zona. No início de 1948, a França passou a integrar esse bloco dando origem a uma tri-zona ocidental em Berlim. Em 20 de março de 1948, os soviéticos retiraram-se da reunião da Comissão de Controle Aliado, quando os Ocidentais insistiram na criação de uma moeda única para a Alemanha. Para os soviéticos, a unificação monetária era uma estratégia para inviabilizar a economia das áreas sob o seu controle. A adoção unilateral da medida, em junho de 1948, levou à imposição de restrições à circulação entre a zona soviética e outras áreas da cidade. Com o agravar das tensões, em 24 de julho daquele ano, a URSS aproveitou-se da vantagem estratégica da cidade estar situada na porção oriental da Alemanha e decidiu impor o completo bloqueio ao tráfego entre a parte ocidental do país e Berlim. O objetivo era estrangular a cidade, que dependia de alimentos provenientes da área ocidental do país, e impor a retirada das outras forças de ocupação. De imediato, os EUA colocaram em prática uma ponte aérea que no, seu ápice, efetuou mais de mil vôos diários e assim manteve a estabilidade da população na área ocidental.

A alternativa soviética a esse desafio seria derrubar os aviões, mas, tal atitude, seria considerada uma declaração de

guerra. Pretextar um novo conflito nesse momento poderia ser desastroso para a URSS, pois o país estava arruinado. Além disso, Stalin sabia que os EUA poderiam empregar bombas nucleares para atacar a URSS, o que de fato chegou a ser planejado pelos estrategistas de Washington (LaFeber, 1997, p. 77). Devido à sua completa ineficácia, o bloqueio foi suspenso em 12 de maio de 1949. Durante o período do bloqueio, cada campo rearticulou as suas forças e reordenou a sua área de controle. No final de novembro de 1948, os soviéticos instituíram um governo próprio para a região oriental de Berlim. Em abril de 1949, foi criada a Aliança do Tratado do Atlântico Norte e, em seguida, os EUA concluíram uma série de acordos militares nas mais diferentes regiões do planeta. Em maio, foi criada a República Federal da Alemanha (RFA- Alemanha Ocidental) e, em outubro, a República Democrática da Alemanha (RDA- Alemanha Oriental).

Nos anos seguintes, a Alemanha Oriental conviveu com a evasão constante, sobretudo de jovens qualificados para Berlim Ocidental. Da criação da RDA até a construção do Muro, foram cerca de dois milhões de fugitivos de um total de 16 milhões de habitantes (Swift, *The Palgrave Concise Historical Atlas*. London, 2003, map 21). Desde 1958, Khrushchev exigia uma solução para o problema de Berlim; ele chegou a sugerir a desmilitarização da área. É importante ainda lembrar que, em 1948, a decisão de fazer o bloqueio de Berlim foi tomada, em parte, quando Stalin considerou que a medida adotada pelas potências ocidentais impediria uma reunificação da Alemanha. Molotov já havia dito a Benes, em 1946, que Stalin esperava reunificar a Alemanha como um Estado neutro após ela ser desmilitarizada e a URSS receber as reparações de guerra (LaFeber,

1997, p. 75). Em 1952, novamente, Stalin havia proposto a unificação de uma Alemanha neutra e sem forças de ocupação. Contudo, a proposta nunca foi considerada pelos ocidentais. Além disso, em 1955, o próprio Khrushchev retirou as forças soviéticas de Viena, que experimentava uma situação próxima a de Berlim, com base em um acordo de neutralidade (Arms, 1994, p. 37).

Foi nesse contexto que o governo da Alemanha Oriental, após exigir a saída das forças de ocupação de Berlim ocidental, iniciou a construção do Muro em agosto de 1961. Durante os vinte e oito anos de permanência daquela colossal estrutura a dividir o povo berlinense, apenas cerca de cinco mil pessoas conseguiram atravessá-lo. Nessas tentativas, calcula-se que aproximadamente trezentas pessoas foram mortas e outras tantas foram aprisionadas (Swift, 2003, map 21).

Decorreram duas décadas desde que o Muro de Berlim foi posto ao chão pelo povo das duas Alemanhas então divididas por aquele artefato tão enfadonho e emblemático. A crise que levou à dissolução dos regimes pró-soviéticos instituídos na Europa Central e Oriental não foi um raio em um céu cristalino, mas o ápice de um processo resultante das contradições internas àquelas sociedades. Ato contínuo, a União soviética, em meio à profunda crise de cunho institucional, econômico, político e social esfacelou-se, dando origem a novos Estados e à Federação Russa.

A queda do Muro de Berlim e a desagregação do mundo soviético levaram muitos a anteverem uma nova era de prosperidade, segurança e paz e sob a égide protetora dos Estados Unidos. Essa previsão se alicerçava na percepção de que, ao longo das décadas anteriores,

a mera existência da União Soviética havia significado uma ameaça à paz mundial. Para os defensores desse ponto de vista, a ameaça comunista se ramificava da URSS para todo o mundo por meio de agentes, dos partidos comunistas e dos seus simpatizantes.

Os defensores dessa perspectiva responsabilizavam o comunismo pelas mazelas da sociedade capitalista, pois, dessa perspectiva, muitos avanços sociais aspirados pelas democracias ocidentais não foram concretizados, uma vez que essas nações gastavam mais do que gostariam na defesa da liberdade e da paz nas mais diversas áreas do planeta. Ainda segundo essa ótica, tal situação haveria obrigado as democracias ocidentais a reagirem à agressão soviética entre o período que se seguiu ao final da II Guerra Mundial e à desagregação do mundo comunista; sobremaneira, os EUA se viam obrigados a arcar com vultosos orçamentos para a defesa do chamado mundo livre. Afirmava-se então que a vitória do bloco Ocidental na Guerra Fria levaria à superação dessa etapa e o mundo poderia experimentar uma fase de paz e prosperidade. Sublinho que isso não passou de mera construção ideológica que objetivava a expansão das áreas de influência do capital estadunidense na nova ordem mundial.

Após a euforia causada pela queda do muro, pela incorporação da Europa Oriental à chamada economia de mercado, pela crise e posterior desagregação do império soviético, já por volta de 1993 começaram a aparecer claros sinais de pessimismo. A incorporação da Alemanha Oriental pela Alemanha Ocidental foi muito mais dispendiosa do que se esperava. Havia falta de capitais no mercado internacional para financiar a incorporação do Leste Europeu ao

mercado capitalista. Multidões de migrantes de áreas antes sob a órbita soviética fugiam do desemprego em massa e de toda a desestruturação social que a região experimentava. Essas levas de imigrantes agravavam as tensões, os problemas sociais e étnicos na Europa Ocidental. Nesse contexto, emergiram novas formas de nacionalismo, conflitos étnicos e de religião. (McCORMICK-1995, p. 240-241).

Uma vez passada a efervescência do momento, os EUA deram prosseguimento à sua política externa baseada em perspectivas intervencionistas e expansionistas, tendendo ao unilateralismo, o que provocou sucessivas crises diplomáticas. O aumento da instabilidade política mundial levou ao vertiginoso aumento dos gastos militares estadunidenses. Assim, já no segundo governo Bill Clinton o orçamento militar estadunidense voltou a superar os gastos dos períodos mais críticos da Guerra Fria. (Munhoz, 2004, p.261-281).

No governo George W. Bush, as políticas de expansão da influência estadunidense e as investidas com vistas à ocidentalização das zonas fronteiriças do chamado mundo ocidental envolveram os EUA em sucessivos conflitos. Alguns autores acusam uma profunda transformação na política externa estadunidense no período compreendido entre a queda do muro de Berlim e os ataques ao seu território ocorridos em 11 de setembro de 2001. Para Chalmers Johnson, o fim da URSS e da sua área de influência na Europa Oriental representavam tanto uma oportunidade quanto um problema para os EUA. De um lado, o fim da URSS abriu toda a sua área de influência para a potência vitoriosa. De outro, a não existência da rival questionava a manutenção de todo o sistema, através

do qual os EUA mantinham o seu poder de ação em todo o mundo. Os EUA perderam a oportunidade de reestruturar o seu sistema de influência com base no poderio militar. O 11 de setembro operou como instrumento para justificar a manutenção desse sistema. Para esse autor, os EUA mantêm uma colossal estrutura militar espalhada pelo mundo. Nela estão envolvidas mais de meio milhão de pessoas entre militares, espiões, técnicos, professores distribuídos em mais de 700 bases militares alocadas em mais de uma centena de países. Johnson conclui que a república pensada pelos pais fundadores cedeu lugar a um império informal de dimensão planetária. Assim, os EUA impõem os seus interesses ao mundo por meio do emprego da força. Acrescenta que, apesar de toda essa descomunal máquina de guerra, há evidências a indicarem uma profunda crise de confiança nos EUA (Johnson, 2004, p.1-12). Enquanto isso novas muralhas são erguidas, dessa vez pelos EUA, para restringir a entrada de imigrantes provenientes do México e por Israel na Palestina.

Referências Bibliográficas

ARMS, Thomas. Encyclopedia of the Cold War. New York: Facts on File, 1994.

COOK, Chris & STEVENSON, John. The Routledge Companion to World History since 1914. London: Routledge, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo Cia das Letras, 1995.

JOHNSON, Chalmers. The Sorrows of Empire: militarism, secrecy, and the end of the republic. New York: Metropolitan, 2004.

KOLKO, Gabriel. *The Politics of War: The World and United States Foreign Policy, 1943-1945*. New York, Pantheon, 1990.

LaFEBER, Walter. America. Russia and the Cold War. New York: McGraw-Hill, 1997, 8ed.

LEVY, Claude. "O Socialismo na Europa de Hitler, na Época da Segunda Guerra Mundial" In: Jacques DROZ. História Geral do Socialismo. Lisboa: Horizonte, 1984, v. 9, p. 561-630.

McCORMICK, Thomas. America's Half Century. United States foreign policy in the Cold War and after. Baltimore: John Hopkins University press, 1995.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (org). O Século Sombrio. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 261-281.

OPAT, Jaroslav. Do antifascismo aos "socialismos reais": as democracias populares. In HOBSBAWM, Eric J. (org). História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 213-250.

SWIFT, John. The Palgrave Concise Historical Atlas of the Cold War. London: Palgrave Macmillan, 2003.



* Agradeço ao Dr. Reginaldo B. Dias pela atenta leitura dos originais e pelas suas valiosas sugestões, porém ressalto que as idéias e eventuais incorreções aqui expressas são de minha inteira responsabilidade.

** **SIDNEI J. MUNHOZ** - Professor da área de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá (UEM); do Programa de Pós-Graduação em História (UEM), do Programa de Pós Graduação em História Comparada (UFRJ) e do Consórcio Programa Rio de Janeiro de Estudos de Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacional (CPRJ-Prodefesa). Foi um dos organizadores da "Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX", Elsevier/Campus, 2004 e de "Impérios na História", Elsevier/ Campus, 2009.